



BRASIL: DECISÕES DO CONGRESSO AINDA DEVEM INFLUENCIAR NAS EXPECTATIVAS DO MERCADO EM 2016

Após o início da campanha eleitoral para as prefeituras, na semana passada, – a primeira a ser realizada em meio à Operação Lava Jato - o jornal Valor Econômico divulgou que a sessão de julgamento definitivo do impeachment da presidente Dilma Rousseff teve início na quinta-feira (25/08) e deverá ser concluída apenas nesta semana. O início oficial da campanha foi suficiente para desmobilizar a Câmara em suas votações. Porém, agora a equipe econômica espera, para os próximos dias, o encaminhamento da proposta de emenda constitucional do teto de gastos. Essa emenda determina que os gastos públicos se mantenham congelados, em termos reais, nos próximos 20 anos, apesar da possibilidade de revisão dessa regra a partir do décimo ano de sua vigência.

De acordo com o Valor, nesta semana, o governo apresentará ao Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária para 2017. E as despesas do Orçamento Geral da União levarão em conta o limite do teto de gastos em tramitação no parlamento. O mecanismo valerá para os gastos discricionários e preservará as áreas de educação e saúde, condicionadas a vinculações constitucionais à receita da União. Também nesta semana o governo decidirá se haverá aumento de imposto. Elevação de impostos é considerada como “Plano C” pelo governo que só deverá recorrer ao expediente se o cumprimento da meta fiscal deste ano estiver em risco. A meta prevê que o déficit primário seja de R\$ 170,5 bilhões.

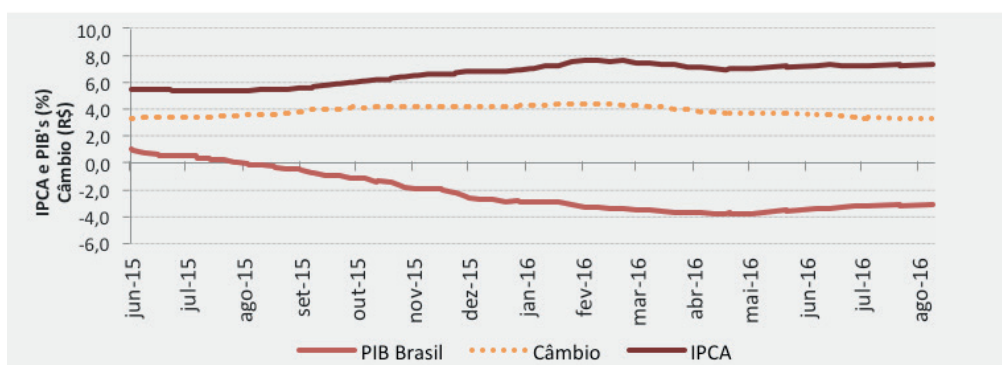
Para o jornal, o envio do projeto de lei orçamentária para 2017, contemplando corte adicional nas despesas discricionárias (as que o governo pode dispor livremente), déficit primário bem menor do que neste ano e gasto total corrigido pela inflação de 2016, reforça o caráter contracionista da política fiscal do próximo ano, na avaliação da equipe econômica. O efeito esperado pelo governo (e que os técnicos entendem que já começa a se manifestar) é um processo de redução dos juros no mercado, maior otimismo de empresários e consumidores e expansão maior do setor privado. Essa combinação produziria um cenário de crescimento econômico mais sustentável, no longo prazo.

O Orçamento de 2017 precisa ser enviado ao Congresso Nacional até dia 31 de agosto. Este é o primeiro projeto de lei orçamentária construído nos termos do chamado “novo regime fiscal”, proposto pelo governo na chamada “PEC do gasto”, que está ainda em fase inicial de tramitação no Congresso Nacional.

No entendimento do governo, a política fiscal mais restritiva já tem gerado efeitos positivos na economia, que tendem a se intensificar no longo do tempo. As quedas dos juros de mercado já começam a estimular investimentos e gastos privados, sendo que a expectativa das autoridades do governo do presidente da República em exercício, Michel Temer, é que a economia, nesse novo regime, cresça com maior presença do setor privado. Fato que a equipe econômica considera como sendo uma situação de maior qualidade e mais sustentável.

Fonte: Valor Econômico

Figura 1 – Evolução das expectativas de mercado para 2016 – crescimento do produto, taxa de inflação e câmbio



Cenário para 2016:

Menor retração econômica (-3,20%), apreciação do Real (R\$ 3,30) e inflação além do teto da meta (7,31%).

Atividade Econômica (agosto/2016)

O Boletim Focus, do Banco Central, indica para 2016 queda de 3,2% na atividade econômica mantendo a expectativa do Boletim anterior. As expectativas para 2017 também melhoraram, embora ainda bastante modestas, com o crescimento passando de 1,1% para 1,2%. (Ver Figura 1).

Expectativas Macroeconômicas	2016	2017
PIB (% ao ano)	-3,2	1,2
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,3	3,5
Taxa SELIC - fim de período (% ao ano)	13,8	11
IPCA (% ao ano)	7,3	5,1
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	45,25	49,65
Produção industrial (% crescimento)	-5,9	1
Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	-15	-20
Investimento estrangeiro direto (US\$ bilhões)	65	65
Balança comercial (US\$ bilhões)	50	48,4

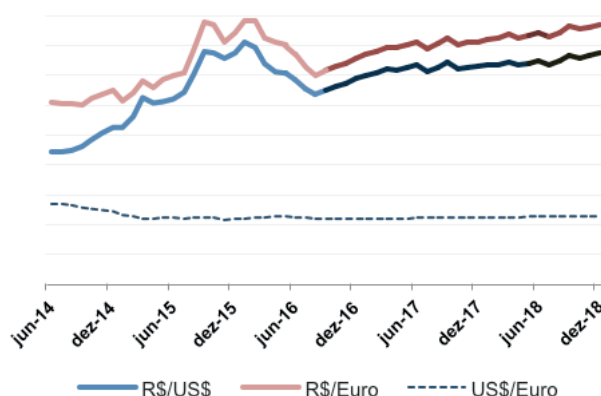
Fonte: Relatório Focus/Banco Central do Brasil (19/08/2016).

Câmbio (julho/2016)

Em 2016, vem ocorrendo apreciação do Real. Nos primeiros sete meses do ano, o dólar perdeu 15,4% do seu valor em relação à moeda brasileira.

Em julho, a cotação do dólar chegou a R\$ 3,28, menor valor em um ano. No mesmo mês de 2015, o Real valia US\$ 3,22, e, em agosto, US\$ 3,51. Em 2016, a moeda deve fechar o ano na casa dos R\$ 3,45, e o Euro em R\$ 3,80.

Na comparação mês a mês, o Real perdeu 1,6% do seu valor em relação ao dólar. E 2,2% em relação ao Euro. Em junho, a cotação do dólar/euro foi de US\$1,11.



Fonte: Banco Central do Brasil/ LCA Consultores (2016)

*A partir de agosto de 2016 dados projetados pela LCA Consultores.

A cotação média do dólar em 2016 deve ser de R\$3,45 o a do euro de R\$3,80 . Já a cotação dólar-euro será de US\$ 1,10.

Balança comercial (julho/2016)

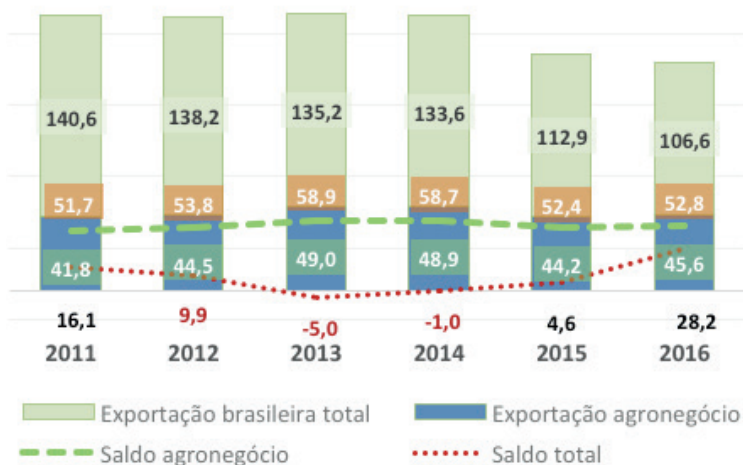
Para o acumulado de 2016, janeiro a julho, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 45,6 bilhões, crescimento de 1% em relação ao mesmo período em 2015.

Com importações de US\$ 6,1 bilhões, o superávit da balança comercial foi de US\$ 45,6 bilhões. O agronegócio correspondeu a 49,6% do valor total exportado pelo Brasil no período.

O saldo na balança comercial do agronegócio brasileiro foi de US\$ 28,2 bilhões.

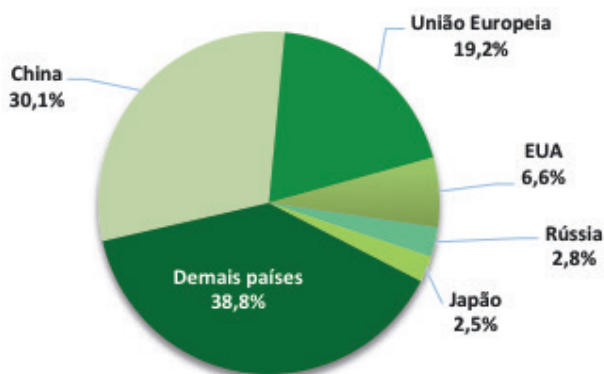
No acumulado de 2016, as exportações do agronegócio brasileiro foram lideradas pelo complexo soja (US\$ 20,3 bilhões); carnes (US\$ 8,2 bilhões); produtos florestais (US\$ 5,9 bilhões); complexo sucroalcooleiro (US\$ 5,6 bilhões) e cereais, farinhas e preparações (US\$ 2,7 bilhões). A soma das exportações desses cinco principais setores foi de US\$ 42,6 bilhões ou 80,7% do total exportado em produtos do agronegócio, ou 40% das exportações totais do Brasil.

Balança comercial brasileira janeiro a julho (US\$ bilhões)



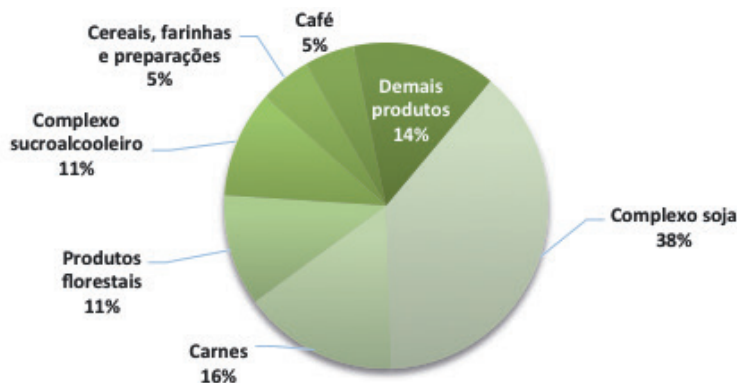
Fonte: Aliceweb (MDIC) Agrostat (MAPA).

Principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro - acumulado janeiro a julho – US\$ bilhões (2016)



Fonte: Agrostat (MAPA)

Principais produtos do agronegócio brasileiro exportados - acumulado janeiro a julho (2016)

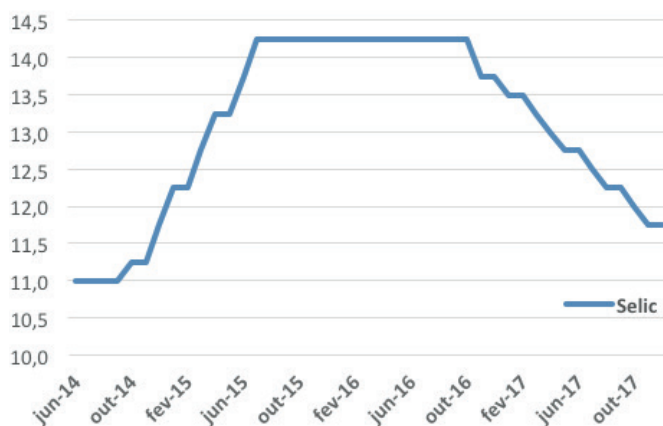


Fonte: Agrostat (MAPA)

Juros (julho/2016)

No curto prazo o Banco Central do Brasil (BC) deve manter a taxa básica de juros (SELIC) em 14,25% ao ano. O BC pode dar indicações de alterações após as votações no Congresso dos temas fiscais, como a proposta de emenda constitucional do teto de gastos públicos.

Desse modo, a LCA Consultores projeta que, a partir de novembro de 2016, o BC deve dar início à flexibilização da política monetária com a primeira redução da Selic, dos atuais 14,25% para 13,75%.



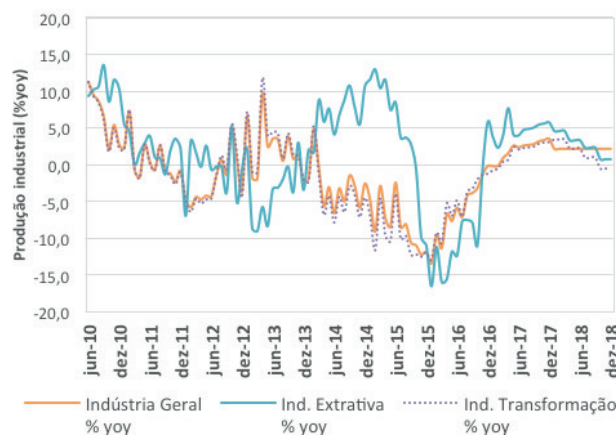
Fonte: Banco Central do Brasil; LCA Consultores (2016).

*A partir de agosto de 2016 os dados são projeções calculadas pela LCA Consultores.

As projeções mostram uma redução contínua projetando a taxa básica de juros em 13,75% no fim de 2016, e 11,75% para o fim de 2017.

Produção Industrial (junho/2016)

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção industrial recuou 5,9% em junho, na comparação com o mesmo período do ano passado. Esse foi o melhor resultado em 14 meses. A indústria de transformação decresceu 5% e a indústria extrativa 12,5%.



Fonte: LCA Consultores (2016).

*Os dados a partir de julho de 2016 são projeções da LCA Consultores.

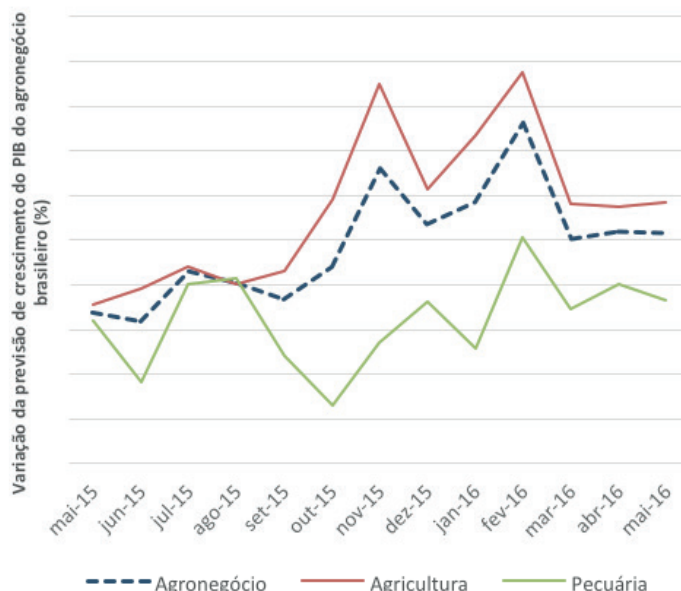
A LCA Consultores projeta que a indústria geral só voltará a crescer em março de 2017. Estima-se uma variação positiva de 0,8%, em comparação com o mesmo período de 2016.

Produto Interno Bruto do Agronegócio (maio/ 2016)

O PIB do agronegócio calculado para maio de 2016 cresceu 0,23%, em relação a abril. No acumulado do ano, janeiro a maio, a alta foi de 1,79%.

Tanto no desempenho do mês quanto no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o resultado positivo está relacionado ao ramo agrícola, que cresceu 0,37% em maio e 2,73% no acumulado do ano. Já o ramo pecuário decresceu 0,07% no mês e 0,26% em 2016.

A renda do agronegócio brasileiro, estimada para 2016, é de R\$ 1,39 trilhão, sendo R\$ 967,5 bilhões (69%) referentes ao ramo agrícola e R\$ 431,9 bilhões (31%), ao pecuário, a preços de 2016.



Fonte: CNA; Cepea/USP (2016)

Índice de Confiança do Agronegócio (2º trimestre de 2016)

O Índice de Confiança do Agronegócio chegou a 102,1 pontos no segundo trimestre de 2016, alta de 19,4 pontos em relação ao trimestre anterior, e de 19,3 pontos na comparação com o mesmo período de 2015, demonstrando o otimismo do mercado, o que não ocorria desde 2014.

De acordo com a OCB, o índice atual está no mesmo patamar do primeiro trimestre de 2014, quando o otimismo do agronegócio começou a declinar. A boa disposição mostrada no último trimestre se deve a uma combinação de fatores: apreciação dos preços das commodities agrícolas e melhora das expectativas em relação à economia brasileira.

Uma visão mais positiva a respeito das condições gerais do país impulsionou o avanço nos índices de confiança, tanto dos produtores agropecuários, quanto das indústrias antes e depois da porteira. 🌱

Período	Índice de confiança do agronegócio	Antes da porteira	Produtor Agropecuário	Depois da porteira
2016/2	102.1	101.8	103.5	100.7
2016/1	82,6	73,3	91,9	77
2015/4	84.3	67.8	88.4	87.1
2015/3	82.4	73.3	85.9	82.7
2015/2	82.8	66.0	86.6	85.8
2015/1	85.5	73.6	87.7	88.1
2014/4	93.5	88.6	97.5	91.6
2014/3	89.3	78.7	93.3	89.7
2014/2	91.8	94.1	93.7	88.9
2014/1	102.7	101.9	97.1	108.7
2013/4	104.4	109.8	97.4	109.3

Fonte: FIESP/OCB (2015)

Bruno Barcelos Lucchi - Superintendência Técnica

NÚCLEO ECONÔMICO: Renato Conchon - Coordenador Fernanda Schwantes - Assessora Técnica

Gabriela Coser Rivaldo - Assessora Técnica Paulo André. Camuri - Assessor Técnico Rafael Alberton - Assessor Técnico